

Mudança à vista na exploração do gás em Urucu

Com o aval de um protocolo assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o governo do Amazonas está dando um passo sem precedentes no campo energético e caminha firme para mudar o perfil da exploração mineral da região. Em 90 dias, o primeiro passo: o edital para a licitação do uso do gás de Urucu, na bacia do rio Solimões.

A União é sócia minoritária por intermédio da Petrobras, com 24% das cotas, enquanto o estado amazonense detém o restante, a ser repassado a empresas privadas por concessões de 20 a 30 anos. A empresa entende que ao ficar com menor participação está cumprindo uma estratégia do Executivo no sentido de quebrar o monopólio do Estado para o setor. A mesma posição já está sendo adotada em relação a outros estados, como o Rio Grande do Sul com o gasoduto de Uruguaiana, na fronteira com a Argentina.

O assunto é complexo e envolve pesados interesses empresariais que cobiçam o enorme potencial dessa mina. O assunto está sendo tratado pessoalmente pelo vice-governador amazonense, Samuel Hanan. Ele evita falar em valores, mas confessa que a operação para privatizar o transporte e a comercialização do gás será um grande negócio.

Grupos nacionais e do exterior manifestam disposição em investir no projeto, que terá como grandes consumidores as geradoras de energia elétrica. Hoje, elas dependem quase que totalmente do óleo diesel para movimentar as turbinas de suas termelétricas. Existe apenas a hidrelétrica de Balbina na região, que supre apenas parte da demanda de Manaus.

A principal dúvida é a forma como o novo combustível vai chegar aos usuários, em especial a Manaus. A construção de um gasoduto perde, claramente, espaço para a condução do gás por meio de barcaças. O Executivo entende que esse modelo possui várias vantagens. Entre elas, evitar os danos ambientais e a flexibilidade — pode-se levar o produto a qualquer local.

O País ainda não acordou para o potencial da Amazônia, costuma dizer Hanan a seus interlocutores. O Brasil

pode estar dormindo, mas o Amazonas está de olhos bem abertos. E não é de hoje. Nas conversas mais reservadas no Planalto, conta-se que o humor do presidente muda, para pior, quando o governador Amazonino Mendes toma um avião em Manaus rumo a Brasília. Articulado, o governo desse estado, traça planos que podem mudar o perfil industrial da região em poucos anos.

Nas contas de Hanan, somadas as reservas de gás de Urucu e Solimões, o potencial de exploração diário fica em algo como 16 a 20 milhões de metros cúbicos por dia. Pois bem. Depois de substituído todo o diesel das geradoras do Amazonas e Rondônia, em cerca de cinco anos, o consumo diário ficaria em torno de 6 a 7 milhões de metros cúbicos.

Os amazonenses têm planos para esse excedente. A indústria da pesca, por exemplo, tem uma capacidade imensa e inexplorada, que poderia ser aproveitada para a exportação. Só os EUA importam por ano US\$ 6,7 bilhões em pescados. O Brasil abocanha apenas uma fatia de US\$ 58,9 milhões desse montante, ficando atrás de países como o Equador. Com energia barata e abundante, a indústria pode passar por sólido período de expansão.

Tudo que se disse do potencial mineral é pouco. Os números citados pelo vice-governador são significativos. Pode-se começar com o manganês de Carajás. Hoje cruza as fronteiras estaduais por US\$ 80 a US\$ 100 a tonelada. Industrializado seria embarcado por US\$ 400. O valor agregado aos produtos poderia se estender ao silício e bauxita. Mesmo que a metade desses valores sejam custos com energia, a diferença é fenomenal. É apenas a ponta do iceberg num horizonte de 60 a 90 anos.

O governo do Amazonas prepara um edital que regulará a exploração mineral na bacia do Solimões. Com 76% das cotas do gasoduto, o estado pretende abrir o empreendimento para o setor privado. A iniciativa já recebeu o aval do presidente Fernando Henrique Cardoso

INSTITUTO

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

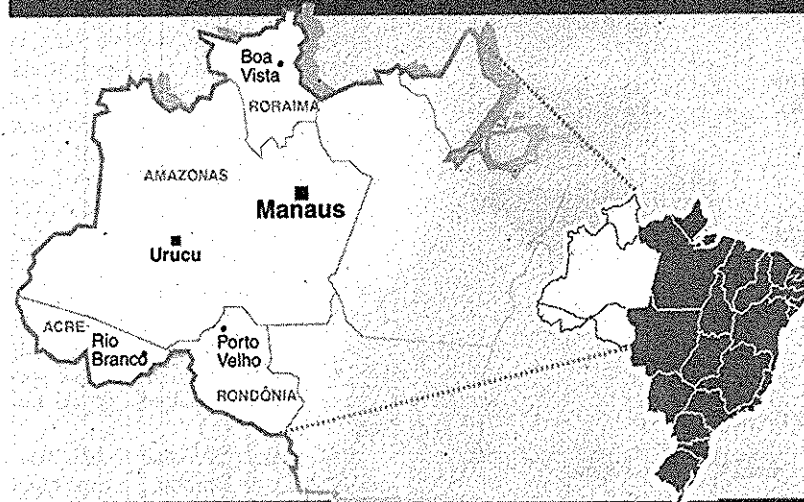
Fonte 933

Data 24/7/2000 Pg A-8

Class. 50

Sérgio Prado, de Brasília

Onde fica



Operação causa polêmica

Aldo Renato Soares
de Brasília

Embora os governos federal e estadual, e a Petrobras fechem questão quanto ao respaldo legal da operação, o assunto incita polêmica entre especialistas do setor energético do País. Alguns segmentos defendem que o Planalto não deveria abrir mão de uma fatia maior em produto tão estratégico e lucrativo.

Essa corrente argumenta que o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural é monopólio da União, conforme o artigo 177, inciso IV da Constituição. O fato de a emenda constitucional nº 9, de 1995, abrir a possibilidade do Estado

contratar empresas estatais ou privadas para a realização de pesquisa e lavra de jazidas e transporte do produto, não significaria a perda do monopólio pela União. "A emenda só permite que terceiros sejam contratados para executar tarefas específicas, mas a União mantém o monopólio", sustenta o advogado Geraldo Mascarenhas Lopes Cançado Diniz, do escritório Rodolfo Gropen Advogados Associados.

O outro segmento entende o contrário. Afirma que a emenda dá aos estados o controle sobre esses produtos. E foi baseado nessa interpretação, que o Amazonas está encaminhando o processo de exploração da mina de Urucu.

